



**FAPAC - FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS PORTO LTDA
CURSO DE MEDICINA**

**GLEND A DA SILVA CUNHA
IASMIM LOUISE DA SILVA COELHO**

**PROGRAMAS QUE VISAM PROPICIAR O CONTROLE DA OBESIDADE
INFANTIL NAS ESCOLAS SÃO EFICAZES?**

**PORTO NACIONAL - TO
2020**

**GLENDA DA SILVA CUNHA
IASMIM LOUISE DA SILVA COELHO**

**PROGRAMAS QUE VISAM PROPICIAR O CONTROLE DA OBESIDADE
INFANTIL NAS ESCOLAS SÃO EFICAZES?**

Projeto de pesquisa submetido ao curso de Medicina da FAPAC – Faculdade Presidente Antônio Carlos, ITPAC Porto Nacional, como requisito parcial para a aprovação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I.

Orientador: Dr. Marcus Vinícius Moreira Barbosa.

Coorientadora: Ma. Taynara Augusta Fernandes.

**PORTO NACIONAL - TO
2020**



FAPAC – Faculdade Presidente Antônio Carlos.
INSTITUTO TOCANTINENSE PRES. ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A
Rua 02, Qd. 07 – Jardim dos Ypês – Porto Nacional – CEP 77.500-000
CX Postal 124 - Fone: (63) 3363-9600 – CNPJ: 10.261.569/0001 – 64
www.itpacporto.edu.br

FOLHA DE APROVAÇÃO
PROGRAMAS QUE VISAM PROPICIAR O CONTROLE DA OBESIDADE
INFANTIL NAS ESCOLAS SÃO EFICAZES?

Projeto de pesquisa submetido ao Curso de Medicina da FAPAC- Faculdade Presidente Antônio Carlos- ITPAC Porto Nacional, como requisito parcial para aprovação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I.

Aprovado em: 15/07/2020

Devido ao afastamento social, proveniente da Pandemia com a Covid-19, as bancas de TCC foram suspensas no semestre 2020/1, sendo assim, assina pela aprovação a professora titular da disciplina, no Curso de Medicina.

Msc. Nelzir Martins Costa
Professora Titular da Disciplina TCC

RESUMO

Introdução: as taxas de Obesidade Infantil vêm aumentando nas últimas décadas e, conseqüentemente, se tornaram motivo de preocupação para os responsáveis pela saúde pública no Brasil. Logo, foram instauradas políticas públicas com o viés geral de reduzir e controlar o avanço do distúrbio. Buscando atender a essas políticas públicas está o projeto “Crescer Saudável”, voltado especificamente para o combate da obesidade na população infantil. **Objetivo:** o presente estudo visa analisar se o projeto “Crescer Saudável” tem sido efetivo na diminuição das taxas da doença em questão entre as crianças matriculadas nas escolas municipais de Porto Nacional - TO dos 5 aos 10 anos de idade. **Metodologia:** trata-se de uma pesquisa quantitativa e transversal que será realizada no primeiro semestre de 2021 com dados coletados por profissionais de saúde e disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional - TO. Os dados são referentes aos anos de 2019/2020 e possuem as seguintes variáveis: sexo, idade, escola matriculada, altura, peso e índice de massa corporal (IMC). **Resultados Esperados:** é esperado que com a aplicação do projeto “Crescer Saudável” haja uma diminuição da prevalência da obesidade entre os escolares participantes do projeto, visto a abordagem multidisciplinar e intersetorial que o mesmo possui.

Palavras-chave: Epidemiologia. Obesidade Pediátrica. Política Pública.

ABSTRACT

Introduction: The rates of Childhood Obesity have been increasing in recent decades and, consequently, have become a cause of concern for those responsible for public health in Brazil. Thus, public policies were established with the general bias of reducing and controlling the progress of the disorder. Seeking to meet these public policies is the project "Crescer Saudável", specifically aimed at combating obesity in the infant population. **Objective:** the present study aims to analyze whether "Crescer Saudável" project has been effective in reducing the rates of the disease in question among children enrolled in municipal schools in Porto Nacional - TO from five to 10 years of age. **Methodology:** this is a quantitative and cross-sectional research that will be carried out in the first half of 2021 with data collected by health professionals and made available by the Municipal Department of Education of Porto Nacional - TO. The data refer to the years 2019/2020 and have the following variables: gender, age, school enrolled, height, weight and body mass index (BMI). **Expected Results:** it is expected that with the application of the "Crescer Saudável" project there will be a decrease in the prevalence of obesity among the students participating in the project, given the multidisciplinary and intersectoral approach that it has.

Keywords: Epidemiology. Pediatric Obesity. Public Policy.

"A educação médica não existe para proporcionar aos alunos uma maneira de ganhar a vida, mas para garantir a saúde da comunidade."

(Rudolf Virchow)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCV	Doenças Cardiovasculares
IMC	Índice de Massa Corporal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
Nasf-AB	Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde
PSE	Programa Saúde na Escola
Sisvan	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUS	Sistema Único de Saúde
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TCUD	Termo de Compromisso de Utilização de Dados
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.2 HIPÓTESE.....	10
1.3 JUSTIFICATIVA.....	10
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3.1 OBESIDADE INFANTIL	12
3.2 CRESCER SAUDÁVEL	16
4 METODOLOGIA	19
4.1 DESENHO DO ESTUDO	19
4.2 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	19
4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	19
4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	20
4.5 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	20
4.6 VARIÁVEIS	20
4.7 ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	20
5 DELINEAMENTO DE PESQUISA	22
6 ASPECTOS ÉTICOS	23
6.1 RISCOS	23
6.2 BENEFÍCIOS	23
6.3 CRITÉRIOS DE ENCERRAMENTO	23
7 DESFECHO	24
7.1 DESFECHO PRIMÁRIO	24
7.2 DESFECHO SECUNDÁRIO	24

8 CRONOGRAMA	25
9 ORÇAMENTO	26
REFERÊNCIAS.....	27
APÊNDICES	30
APÊNDICE A – TERMO DE COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE	30
APÊNDICE B – CARTA DE ACEITE	31
APÊNDICE C – TERMO DE DISPENSA DO TCLE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	32
APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD).....	34
APÊNDICE E – TERMO DE COMPROMISSO SOBRE O INÍCIO DA PESQUISA – DECLARAÇÃO ORIENTADOR.....	35

1 INTRODUÇÃO

O crescimento da obesidade infantil tem sido um problema de saúde pública enfrentado mundialmente, devido não apenas aos danos gerados na infância, como também às complicações que podem perdurar por toda a vida adulta (ROSSI, 2019). Diante disso, o enfrentamento dessa doença na fase infantil torna-se ainda mais complicado, uma vez que as crianças têm maior dificuldade em compreender os malefícios da enfermidade e aderirem às medidas de tratamento. O ganho excessivo de peso, ainda na infância, traz consigo fatores determinantes para o desenvolvimento de doenças crônicas como as doenças cardiovasculares (DCV), diabetes mellitus e dislipidemia descompensada, o que contribui não só para uma qualidade de vida reduzida como também para uma menor expectativa de vida (MELLO, 2004).

É de valia ressaltar que os hábitos alimentares são influenciados constantemente com o início da vida escolar. A introdução e disponibilidade de alimentos de menor valor nutricional, somados a uma menor monitorização dos pais, no consumo desses produtos, contribuem para que ocorram elevações nas chances do desenvolvimento da obesidade. Ademais, um nível socioeconômico maior tem se mostrado um dado relevante, uma vez que o índice de obesos é ainda maior em crianças de família com poder aquisitivo elevado em relação aos de menor poder econômico (CAMARGOS, 2019).

Com o advento do crescimento da obesidade, as autoridades públicas vêm promovendo programas de governo com objetivo de propiciar o controle no aumento da doença em questão. Esses programas, em sua maioria, buscam fornecer acompanhamento multidisciplinar com ações que envolvam a vigilância nutricional, incentivo de práticas de atividade física e promoção de alimentação adequada com intuito de melhorar o estilo de vida das crianças. Dessa forma, resultando tanto na redução de peso quanto na melhora da qualidade de vida da população infantil de maneira geral. Como exemplo desses tipos de projeto, tem-se o programa “Crescer Saudável” que tem como finalidade combater o elevado número de casos de obesidade infantil (BRASIL, 2019).

Por fim, a obesidade infantil é um distúrbio que devido ao seu crescimento vem trazendo grandes malefícios e tornando-se um problema importante de saúde pública que precisa ser combatido. Logo, programas como o “Crescer Saudável” são

fundamentais para que ocorram mudanças de âmbito alimentar e físico nas gerações atuais e futuras.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como a aplicação do projeto “Crescer Saudável”, proveniente de uma parceria entre o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Educação (MEC), modificou as taxas de obesidade infantil nas crianças entre 5 e 10 anos de idade das escolas municipais de Porto Nacional – TO?

1.2 HIPÓTESE

A implantação do programa “Crescer Saudável” nas escolas municipais de Porto Nacional – TO promoveu a redução nos índices da obesidade infantil nas instituições de ensino que aderiram ao programa.

1.3 JUSTIFICATIVA

O aumento significativo no número de crianças com obesidade tem sido um problema enfrentado no Brasil, e traz consigo complicações que perduram da infância até a vida adulta. Desta maneira, torna-se um problema de saúde pública que necessita de atenção para o manejo adequado, no intuito de diminuir as taxas da doença e as possíveis complicações futuras. Nesse contexto, projetos com altos investimentos financeiros têm sido desenvolvidos pelo poder público e a avaliação da efetividade deles é necessária.

Diante disso, a análise dos resultados de projetos realizados pelas entidades governamentais como o “Crescer Saudável” é de fundamental importância para compreender como a obesidade infantil tem sido combatida e se esse tipo de programa tem sido resolutivo no combate à doença.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar estatisticamente os resultados do programa “Crescer Saudável” nas escolas municipais de Porto Nacional – TO;

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar se há relação entre idade e sexo com a obesidade infantil.
- Realizar um levantamento estatístico sobre a evolução das crianças diagnosticadas com obesidade do início ao final do ciclo programático.
- Calcular a prevalência da obesidade infantil nos escolares.
- Realizar um zoneamento das escolas de acordo com as taxas de prevalência a fim de identificar locais prioritários para ações de enfrentamento à obesidade infantil.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 OBESIDADE INFANTIL

De acordo com a *World Health Organization* (WHO), a obesidade é considerada uma doença crônica e multifatorial, resultante do desequilíbrio energético positivo entre o que é consumido e o que é gasto caloricamente pelo organismo. Esse mecanismo tem como consequência, direta e indireta, o acúmulo excessivo de gordura corporal e a predisposição para o surgimento de diversas outras doenças (BATISTA, 2017). Atualmente, a obesidade é o distúrbio nutricional mais comum na infância, sendo o crescimento da obesidade infantil classificado como um problema de saúde pública e um grande desafio enfrentado mundialmente (BRASIL, 2017).

A preocupação acerca do agravamento em relação às crianças é justificada, pois os índices da doença têm se mostrado alarmantes não apenas entre os adultos, mas também entre os jovens. Segundo um estudo recente, a quantidade de indivíduos obesos no mundo entre 5 e 19 anos foi de 11 milhões para 124 milhões de 1975 para 2016, representando um aumento de 10 vezes em relação ao primeiro ano da pesquisa. Ademais, dados da mesma pesquisa afirmam que houve maior acometimento entre os meninos (59,67%), com 74 milhões, do que entre as meninas (40,33%), com 50 milhões. A estimativa é que, caso não haja intervenção, existam mais jovens obesos do que desnutridos até o ano de 2022 (WHO, 2016).

No Brasil, em consonância com dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) de 2015, 16,3% das crianças menores de 5 anos estavam com excesso de peso, quanto aos indivíduos entre 5 e 9 anos, 34,8% também poderiam ser considerados com sobrepeso (BRASIL, 2015). Já no ano de 2017, os números do Sisvan mostraram que cerca de 20 e 30% das crianças brasileiras menores que 5 anos e entre 5 e 9 anos estão com excesso de peso, respectivamente (BRASIL, 2017), enquanto 7,8% dos escolares já apresentam um quadro de obesidade estabelecido (BRASIL, 2019), demonstrando a prevalência preocupante da obesidade infantil e seu precursor no país.

Esses resultados podem ser explicados através da mudança nos hábitos alimentares da população nacional nas últimas décadas, respeitando uma tendência global. O aumento do consumo de alimentos processados, o apelo comercial para a

ingestão de produtos de carboidratos simples e com maiores quantidades de calorias, além da oferta exacerbada desses alimentos por um baixo custo fazem com que a prevalência da obesidade tenha um crescimento significativo nas últimas décadas (COSTA, 2018; MELLO, 2004). De acordo com dados da Revista Brasileira de Saúde Materna e Infantil de 2016, 32,3% das crianças menores de 2 anos já consumiram refrigerantes ou sucos artificiais e 60,8% delas, biscoitos, bolacha ou bolos, alimentos que devem ser evitados em todas as idades, em específico na primeira infância, pois a mesma consiste em um momento decisivo para a construção do gosto e dos padrões alimentares daquele cidadão (JAIME *et al.*, 2016).

Outra problemática relacionada aos alimentos industrializados consiste na alta disponibilidade dos mesmos nas escolas brasileiras, que tem como efeito direto a estimulação da compra de lanches não saudáveis (CLINTON-MCHARG, 2018). Cerca de 58,8% das escolas públicas e 70,6% das escolas privadas fazem a comercialização de refrigerantes nas cantinas, enquanto as guloseimas no geral são vendidas em 49,7 e 62,3% das instituições públicas e privadas, respectivamente (BRASIL, 2015). Esse padrão dificulta o enfrentamento da doença em questão, visto que a permanência em ambiente escolar representa parte considerável da rotina das crianças.

Em resposta a esta modificação de hábitos alimentares, houve o aumento da prevalência da obesidade infantil e o surgimento das consequências que a doença traz. Apesar do caráter assintomático do distúrbio em questão, o risco da obesidade em crianças está na sua estreita relação com o aparecimento de outras enfermidades em idade precoce como dislipidemia, diabetes, hipertensão arterial, DCV e até mesmo alguns tipos de câncer (BATISTA, 2017). Os efeitos da obesidade infantil podem até mesmo chegar ao ponto de interromper o crescimento da criança, gerando repercussões irreversíveis no acometido (BRASIL, 2017).

Além disso, o aumento excessivo de peso ainda na infância não tem impacto somente a curto prazo, pois pode estar relacionado com a diminuição da expectativa de vida devido à alta possibilidade que uma criança obesa tem de se tornar um adulto obeso. A literatura afirma que uma pessoa com obesidade aos 2 anos tem 75% de chance de manter a doença aos 35 anos e essa probabilidade aumenta com o avanço da idade (WHO, 2016), piorando ainda mais o quadro e reforçando a necessidade de um diagnóstico e tratamento para esse indivíduo.

A realização de investigação para o diagnóstico da obesidade nos jovens começa na análise das informações da anamnese. É fundamental que além da coleta dos dados de rotina, seja investigado o histórico familiar da criança, visto que a presença de obesidade e/ou DCV nos familiares é um importante fator a ser levado em consideração no prognóstico deste paciente (JARDIM; SOUZA, 2017). Somados a isso, deve-se investigar os hábitos alimentares através de um diário alimentar recordatório das últimas 24 horas acerca de quais foram os alimentos ingeridos, a frequência e dinâmica das refeições, os horários e o modo de mastigação. Por fim, o estilo de vida da criança, a prática de atividade física, os tipos de brincadeiras que gosta e a condição psíquica são informações essenciais no fechamento do diagnóstico e na definição do tratamento da obesidade (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019).

Em relação à parte física do diagnóstico, a Sociedade Brasileira de Pediatria (2019) define que por meio de uma análise criteriosa de dados antropométricos como peso (P), estatura (E), circunferência e dobras cutâneas é possível obter os índices necessários para o diagnóstico de obesidade. É ressaltado também que o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC), que consiste na divisão do peso pela altura ao quadrado, tem se mostrado como um método diagnóstico eficaz para a obesidade em adultos e crianças. Para avaliação do estado nutricional das crianças, os valores de IMC são calculados através de um software disponibilizado no site da Organização Mundial de Saúde (OMS) em que se obtém resultados em percentis e escores que servirão de base para o diagnóstico da obesidade infantil (Quadro 1).

Quadro 1 – Classificação do estado nutricional de acordo com IMC/IDADE por percentil e escore-Z

PERCENTIL	SCORE-Z	0-5 ANOS INCOMPLETOS	5-20 ANOS INCOMPLETOS
>85 e ≤ 97	> +1 e ≤ +2	Risco Sobrepeso	Sobrepeso
> 97 e ≤ 99,9	> +2 e ≤ +3	Sobrepeso	Obesidade
> 99,9	> +3	Obesidade	Obesidade grave

Fonte: WHO, 2016.

Uma vez que o diagnóstico é realizado, a intervenção deve ser moldada de acordo com o perfil do paciente, levando em consideração os aspectos ambientais, socioeconômicos, genéticos e emocionais dessa criança (ABESO, 2016). O tratamento para a obesidade infantil vai além de uma dieta balanceada, sendo fundamental a introdução da prática de exercício físico regular, visto que age como fator preventivo para outras doenças, bem como, ocasiona um bem estar físico e mental. Contudo, devido a necessidade de uma abordagem múltipla para o enfrentamento do aumento de peso excessivo, é preciso que todos os ambientes onde essas crianças acometidas estejam inseridas sejam avaliados. Evidenciando, assim, o papel das escolas no combate à obesidade e a necessidade de colaboração entre governo, pais e educadores nesse processo (VESPASIANO, 2015).

No Brasil, políticas públicas em prol do enfrentamento da doença estão sendo realizados. Em sua maioria, consistem em iniciativas de prevenção e tratamento da doença que estão sendo implantadas através do SUS e visam atenção prioritária ao combate da obesidade no país. A criação de medidas intersetoriais tem contribuído para a efetividade dessas políticas públicas já que a Obesidade Infantil afeta para além da esfera pública, tornando-se também um problema social. Desse modo, a intersetorialidade é fundamental para a potencialização das medidas adotadas que visam reduzir o número de casos da doença no Brasil. (DIAS *et al.*, 2017).

As políticas públicas instauradas vêm, ao longo dos anos, tomando novos formatos após a compreensão das etiologias da doença. Por tratar-se de uma patologia, na qual, sua gênese possui diversos fatores tornou-se necessário um envolvimento multisetorial na busca de maior sucesso nos resultados. Dessa maneira, políticas de promoção, prevenção e controle da obesidade têm sido implantadas na tentativa de abordar, de maneira mais ampla, a doença no país. A exemplo disso temos instituído no país, desde 2007, derivado do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, o Programa de Saúde na Escola (PSE) que visa aplicar ações específicas para combater a obesidade infantil, que além da educação em saúde contribui também para a formação educacional das crianças. Comprovando, dessa forma, a busca de medidas e programas efetivos para lidar com a obesidade infantil no Brasil (PIMENTA, 2015).

3.2 CRESCER SAUDÁVEL

Levando em consideração os projetos de intervenção criados pelo governo brasileiro, o Programa Crescer Saudável foi criado pelo MS no âmbito do PSE, pela portaria nº 1055, no ano de 2017. Seus objetivos consistem na prevenção, redução e tratamento da obesidade entre as crianças inscritas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I (BRASIL, 2019).

Estes objetivos serão alcançados através de intervenções articuladas entre a Atenção Básica e os profissionais de educação. Em suma, compreendem ao estímulo da atividade física, à promoção e proteção da saúde relacionadas à nutrição adequada, ao diagnóstico e tratamento dos indivíduos que já estão obesos, buscando, por fim, uma mudança de comportamento geral (BRASIL, 2017).

Para participar do Programa Crescer Saudável, o município precisa aderir ao PSE no ciclo em questão e se comprometer em efetuar ações e metas dispostas pelo MS, conforme apresentado no quadro 2 (BRASIL, 2019). Cada ciclo tem duração de dois anos, portanto, até o ano de 2019, apenas uma série do Programa Crescer Saudável foi concluída (2017/2018), enquanto a série de 2019-2020 ainda está em andamento, com fechamento em dezembro de 2020.

Quadro 2 – Ações, Metas e Indicadores do Programa Crescer Saudável 2019-2020

Ação	Meta	Indicador
1. Avaliar o estado nutricional (peso e altura) das crianças menores de 10 anos.	1. Estado nutricional de todas as crianças da educação infantil (creches e pré-escolas) e ensino fundamental I de escolas do PSE do ciclo 2019/2020 avaliados.	1. Número de crianças menores de 10 anos com estado nutricional avaliado pelo município.

2. Ofertar atividades coletivas de promoção da alimentação adequada e saudável para as crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I nas escolas que participam do PSE no seu município.	2. Mínimo 4 atividades coletivas na temática de promoção da alimentação adequada e saudável, por escola incluída no programa, no primeiro ano do ciclo.	2. Percentual de escolas pactuadas no PSE que realizaram no mínimo 4 atividades coletivas de promoção da alimentação adequada e saudável.
3. Ofertar atividades coletivas de promoção das práticas corporais e atividades físicas para as crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I nas escolas que participam do PSE no seu município.	3. Mínimo 4 atividades coletivas de promoção das práticas corporais e atividades físicas ² , por escola incluída no programa, no primeiro ano do ciclo.	3. Percentual de escolas pactuadas no PSE que realizaram, no mínimo, 4 atividades coletivas de práticas corporais e atividades físicas.
4. Atender as crianças identificadas com obesidade por meio de intervenção e cuidado na rede de atenção primária à saúde do município.	4. Atendimento individual para crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental I identificadas com obesidade realizado.	4. Número de atendimentos individuais para a condição avaliada obesidade na população de crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental I com obesidade.

Fonte: Brasil, 2019.

É de valia destacar o aspecto intersetorial que o Programa Crescer Saudável contém, visto que a obesidade é uma doença multifatorial e, consequentemente, de grande complexidade (DIAS *et al.*, 2017). Logo, é necessário a união entre as equipes de saúde e educação, além dos profissionais dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB), para que as metas sejam atingidas e as ações, de fato, qualificadas e resolutivas (BRASIL, 2019).

Em relação aos recursos financeiros disponibilizados aos municípios participantes do ciclo 2019/2020, a portaria responsável é a de Nº 2.262, de 30 de agosto de 2019. O incentivo é realizado através do Piso da Atenção Básica Variável – Saúde da Família, em que, no total, foram investidos cerca de R\$ 36 milhões para a execução do Programa Crescer Saudável. A portaria anteriormente citada também classifica a cidade de Porto Nacional, juntamente com outros 3 municípios, como

cidade prioritária no combate à obesidade infantil no estado do Tocantins, visto os índices alarmantes da doença entre as crianças nesta localidade. O montante de R\$ 50.000,00 foi disponibilizado no ano de 2019, sendo que o valor repassado no ano de 2020 é calculado de acordo com o cumprimento das metas (quadro 2) no primeiro ano do ciclo (2019) como é evidenciado no quadro 3.

Quadro 3 – Regras de cálculo do incentivo financeiro para o segundo ano do ciclo do Programa Crescer Saudável 2019-2020

Cumprimento da meta (%)	Valor a ser repassado (%)
76 a 100	100
51 a 75	75
26 a 50	50
1 a 25	25
< 1	0

Fonte: Brasil, 2019.

De acordo com o que foi mostrado, é evidente que têm sido realizados esforços para que a obesidade infantil seja combatida nos municípios brasileiros. Não apenas com recursos humanos, mas também com quantidade significativa de recursos financeiros, justificado pela dificuldade de enfrentamento para com a doença em questão. Diante disso, é de interesse que além das ações que estão sendo efetuadas, os resultados das mesmas sejam verificados, organizados e sistematizados; com o intuito de aprimorar projetos de intervenção futuros e até mesmo de avaliar se o Programa Crescer Saudável tem sido efetivo no confronto contra a obesidade.

4 METODOLOGIA

4.1 DESENHO DO ESTUDO

O presente estudo contém caráter descritivo, quantitativo e ecológico relacionado aos resultados do programa “Crescer Saudável: ciclo 2019-2020” nas escolas municipais de Porto Nacional – TO. Todo esse processo é documentado em relatórios preparados pelos trabalhadores envolvidos, tais relatórios servirão de subsídio para a realização do projeto de pesquisa. A submissão do estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa será realizada e a partir da aprovação do mesmo, a pesquisa será iniciada.

4.2 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa será realizada no município de Porto Nacional – TO, no período de fevereiro a junho de 2021. Serão utilizados dados coletados pelos profissionais de saúde entre 2019 e 2020 que estarão disponíveis na Secretaria de Educação do município em questão.

4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população é referente a todas as crianças que são participantes do ciclo 2019-2020 do programa “Crescer Saudável” no município de Porto Nacional – TO. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua 2018, 17,1% da população brasileira é composta por crianças. Em consonância com esse dado e a população total de Porto Nacional – TO (52.710 habitantes) declarada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, estima-se que existam cerca de 9.013 crianças no município. Como o projeto abrange apenas escolares entre 5 e 10 anos das instituições municipais, supõe-se que por volta de 500 crianças estão sendo atendidas pelo ciclo 2019/2020 do “Crescer Saudável”.

4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

- Crianças com faixa etária de 5 a 10 anos.
- Crianças que estudam nas escolas de Porto Nacional – TO em que o programa “Crescer Saudável” esteja vigente nos anos de 2019 e 2020.
- Crianças monitoradas pelo programa “Crescer Saudável”.

4.5 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

- Dados ilegíveis que impossibilitem a compreensão do que foi escrito.
- Crianças que participaram de atividades realizadas pelo “Crescer Saudável” como palestras e teatros, no entanto, não participaram do momento de coleta dos dados antropométricos.

4.6 VARIÁVEIS

As variáveis analisadas nesta pesquisa serão: idade, sexo, altura, peso, circunferência abdominal, IMC, prontuário médico, escola e evolução.

4.7 ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Ao iniciar a elaboração deste projeto de pesquisa, uma Carta de Aceite foi produzida com o objetivo de saber se os dados que os pesquisadores precisariam para executar a pesquisa poderiam ser disponibilizados. Com a resposta positiva da Secretaria Municipal de Educação, a escrita do projeto foi iniciada. A execução do mesmo, no entanto, acontecerá apenas após o recebimento da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Em seguida, os dados solicitados serão enviados aos pesquisadores e organizados sistematicamente, a fim de cumprir os objetivos deste trabalho. Para avaliar se há relação entre idade e sexo com a obesidade infantil, será calculado o

coeficiente de correlação de Pearson. A avaliação da evolução dos escolares obesos será realizada através de valores percentuais comparativos entre os IMC coletados no início do ciclo do projeto de intervenção em 2019 e os valores de IMC dessas crianças registrados até o fim de 2020. Então será calculada a prevalência da obesidade infantil em cada uma das escolas participantes do programa com a finalidade de realizar o zoneamento das escolas de acordo com as taxas de prevalência, identificando locais prioritários para ações de enfrentamento à obesidade infantil. Serão utilizadas ferramentas visuais, tais como tabelas e gráficos, para a apresentação dos resultados.

5 DELINEAMENTO DE PESQUISA

Para realização dessa pesquisa, serão utilizados dados do programa “Crescer Saudável” obtidos através da Secretaria de Educação de Porto Nacional – TO. Os instrumentos de pesquisa serão os relatórios fornecidos para análise dos resultados que os efetuidores do projeto catalogaram durante todo o processo e serão avaliados segundo as variáveis já mencionadas e a evolução das crianças já diagnósticas com obesidade infantil. Por fim, devido ao fato dos pesquisadores não entrarem em contato direto com os pesquisados, o Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE) e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) não serão necessários. Contudo, será necessária a assinatura, por parte dos detentores das informações coletadas no programa “Crescer Saudável” do Termos de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD).

6 ASPECTOS ÉTICOS

6.1 RISCOS

Entre os riscos para a realização deste estudo está a quebra do sigilo, risco comum a todas as pesquisas efetuadas com seres humanos, no entanto os pesquisadores preservarão sigilo dos pesquisados caso sejam disponibilizados relatórios ou prontuários contendo a identificação dos participantes. Nesse viés, nenhuma identificação relacionada aos nomes dos escolares será realizada no presente estudo.

6.2 BENEFÍCIOS

Por meio da análise detalhada dos dados fornecidos pela Secretaria de Educação será possível identificarmos como o Projeto “Crescer Saudável” tem atuado no combate à obesidade infantil em Porto Nacional – TO. Dessa forma, para os participantes, não haverá benefícios diretos na participação da pesquisa. Os benefícios possuirão caráter indireto e coletivo visto que, com a conclusão da pesquisa, poderão ser repassadas informações para o serviço público com um balanço do projeto durante o período analisado e a partir disso, os aspectos relacionados ao programa de obesidade infantil poderão ser aperfeiçoados.

6.3 CRITÉRIOS DE ENCERRAMENTO

Um fator que pode resultar na finalização do estudo é a não disponibilização dos dados requeridos pela Secretaria Municipal de Educação. Isso impossibilitaria a avaliação dos resultados do programa “Crescer Saudável” e, conseqüentemente, impediria a conclusão da pesquisa.

7 DESFECHO

7.1 DESFECHO PRIMÁRIO

Espera-se obter dados que nos forneça o panorama realístico do impacto do programa “Crescer Saudável” nas escolas municipais de Porto Nacional – TO na obesidade infantil.

7.2 DESFECHO SECUNDÁRIO

Após a identificação da faixa etária mais acometida pela obesidade infantil será possível um trabalho mais direcionado de prevenção, nessa população. Somado, ao conhecimento das zonas escolares mais atingidas farão com que sejam aplicados, de maneira mais efetiva, projetos que contribuam com o decréscimo da obesidade nas crianças.

Acredita-se que com o projeto tenha ocorrido uma diminuição da obesidade infantil nas crianças e dessa forma, a evolução das crianças já diagnosticadas seja positiva e tenha ocorrido o aumento da qualidade de vida.

Todos os resultados gerados pela pesquisa ajudaram as autoridades a analisar como o projeto tem sido fundamental na vida dessas crianças.

8 CRONOGRAMA

Quadro 4 – Cronograma de execução do projeto pesquisa no período de 2020 e 2021

2020						2021 Após aprovação do CEP				
ETAPAS	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.
Escolha do tema	X									
Pesquisa bibliográfica	X	X	X							
Elaboração do Projeto	X	X	X	X	X					
Submissão ao CEP					X					
Encontros com o(a) orientador(a)	X	X	X	X	X		X	X	X	X
Levantamento dos dados						X	X	X		
Análise dos Resultados								X	X	
Escrita do Artigo Científico							X	X	X	X
Revisão do Artigo								X		
Defesa do Artigo										X
Submissão do Artigo										X

Fonte: Elaborado pelos autores.

9 ORÇAMENTO

Quadro 5 – Orçamento dos recursos gastos para a realização do presente estudo

CATEGORIA: GASTOS COM RECURSOS MATERIAIS			
Itens	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Impressões de documentos	5	1,00	5,00
Canetas	3	1,00	3,00
Resma de Papel A4 – 500 folhas	1	27,00	27,00
CATEGORIA: GASTOS COM RECURSOS HUMANOS			
Itens	Nº de vezes	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Transporte	10	25,00	250,00
CATEGORIA: FINANCIAMENTO TOTAL DA PESQUISA			
Categorias			Valor Total R\$
Gastos com recursos materiais			35,00
Gastos com recursos humanos			250,00
Valor Total:			285,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

As despesas geradas para a realização do projeto de pesquisa são de total responsabilidade dos acadêmicos pesquisadores de graduação do curso de Medicina, Iasmim Louise da Silva Coelho e Glenda da Silva Cunha, do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos do município de Porto Nacional – TO.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. **Diretrizes Brasileiras de Obesidade**. 4 ed. 2016. Disponível em: <https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Diretrizes-Download-Diretrizes-Brasileiras-de-Obesidade-2016.pdf>. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. **Mapa da Obesidade**. Disponível em: <https://abeso.org.br/obesidade-e-sindrome-metabolica/mapa-da-obesidade/>. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. **Manual de Diretrizes Para o Enfrentamento da Obesidade na Saúde Suplementar Brasileira**. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: https://www.ans.gov.br/images/Manual_de_Diretrizes_para_o_Enfrentamento_da_Obesidade_na_Sa%C3%BAde_Suplementar_Brasileira.pdf. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

BATISTA, Mariangela da Silva Alves; MONDINI, Lenise; JAIME, Patrícia Constante. Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil: experiência no município de Itapevi, São Paulo, Brasil, 2014. **Epidemiol. Serv. Saúde**. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222017000300569&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Monitoramento do Programa Crescer Saudável (2017/2018). Brasília, 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/491220/>. Acesso em: 22 de mar. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Obesidade infantil traz riscos para a saúde adulta**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45494-obesidade-infantil-traz-riscos-para-a-saude-adulta>. Acesso em: 19 de mar. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.264, de 30 de agosto de 2019**. Define Municípios com adesão aos Programas Saúde na Escola (PSE) e Crescer Saudável para o ciclo 2019/2020, os habilita ao recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 de set. de 2019. p. 34.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Crescer Saudável**. Instrutivo. jul. 2019. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pse/instrutivo_crescer_saudavel_2019_2020.pdf. Acesso em: 21 de mar. de 2020.

CAMARGOS, Ana Cristina Resende *et al.* **Prevalência de sobrepeso e de obesidade no primeiro ano de vida nas Estratégias Saúde da Família.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414462X2019000100032&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 de mar. de 2020.

COSTA, Caroline Santos *et al.* **Consumption of ultra-processed foods and body fat during childhood and adolescence: a systematic review.** *Public Health Nutrition*. Pelotas RS, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28676132/>. Acesso em: 21 de mar. de 2020

CLINTON-MCHARG, Tara *et al.* **Availability of food and beverage items on school canteen menus and association with items purchased by children of primary-school age.** *Public Health Nutr.* Australia, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30070193/>. Acesso em: 21 de mar. de 2020.

DIAS, Patrícia Camacho *et al.* **Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro.** *Cad. Saúde Pública*. Niteroi, RJ, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2017000705001&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

FRONTZEK, Luciana Gaudio Martins; BERNARDES, Luana Rodrigues; MODENA, Celina Maria. **Obesidade infantil: compreender para melhor intervir.** *Rev. abordagem gestalt.* Goiânia, GO, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180968672017000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

JAIME, Patricia Constante *et al.* **Assistência em saúde e alimentação não saudável em crianças menores de dois anos: dados da Pesquisa Nacional de Saúde, Brasil, 2013.** *Rev. Bras. Saude Mater. Infantil.* São Paulo. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151938292016000200149&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

JARDIM, Jean Brum; SOUZA, Inês Leoneza. Obesidade infantil no Brasil: uma revisão integrativa. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/275>. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

MORETZSOHN, Monica de Araújo; ROCHA, Hélio Fernandes; CAETANO, Rosane Rodrigues (coords). **Pediatria: Nutrologia.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2016. (Série SOPERJ)

MELLO, Elza D. de; LUFT, Vivian C.; MEYER, Flavia. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes?. **J. Pediatria.** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002175572004000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 de mar. de 2020.

NOGUEIRA-DE-ALMEIDA, Carlos Alberto *et al.* **Classificação da obesidade infantil**. Ribeirão Preto, 2018. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/152029>. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

PIMENTA, Teófilo Antonio Máximo. Políticas Públicas de Intervenção na Obesidade Infantil no Brasil: uma Breve Análise da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e Política Nacional de Promoção da Saúde. **Journal of Health Sciences**. São Paulo, 2015. Disponível em:
<https://revista.pgsskroton.com/index.php/JHealthSci/article/view/305>. Acesso em: 19 de mar. 2020.

ROSSI, Camila Elizandra *et al.* Fatores associados ao consumo alimentar na escola e ao sobrepeso/obesidade de escolares de 7-10 anos de Santa Catarina, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, 2019 Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000200443&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 de fev. de 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Obesidade na infância e na adolescência**. Manual de Orientação. 3 ed. 2019. Disponível em:
https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Manual_de_Obesidade_-_3a_Ed_web_compressed.pdf. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

SILVA, Roberta Mendes Abreu; BEZERRA, Vanessa Moraes; MEDEIROS, Danielle Souto de. Experimentação de tabaco e fatores associados entre adolescentes da zona rural de Vitória da Conquista, BA, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232019000200431&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 de fev. de 2020.

VESPASIANO, Bruno de Souza; MOTA, Joelma Lirane Pontes Da; CESAR, Marcelo De Castro. Prevalência de obesidade infantil, suas principais consequências e possíveis intervenções. **SAÚDE REV**. Piracicaba, 2015. Disponível em:
<https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/sr/article/view/2555/170>. Acesso em: 17 de fev. de 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Consideration of the evidences childhood obesity for the commission on ending childhood obesity**. 2016. Disponível em:
https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/206549/9789241565332_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

APÊNDICES



FAPAC – Faculdade Presidente Antônio Carlos.
INSTITUTO TOCANTINENSE PRES. ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A



Rua 02, Qd. 07 – Jardim dos Ypês – Porto Nacional – CEP 77.500-000
CX Postal 124 - Fone: (63) 3363-9600 – CNPJ: 10.261.569/0001 – 64



www.itpacporto.edu.br

APÊNDICE A – TERMO DE COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

PROJETO: Projetos que visam propiciar o controle da Obesidade Infantil nas escolas são eficazes?

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Dr. Marcus Vinícius Moreira Barbosa.

A FAPAC/ITPAC PORTO declara que está de acordo com a execução do projeto “**Projetos que visam propiciar o controle da Obesidade Infantil nas escolas são eficazes?**”, coordenado pelo pesquisador Marcus Vinícius Moreira Barbosa, desenvolvido em conjunto com os acadêmicos Glenda da Silva Cunha e Iasmim Louise da Silva Coelho e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta instituição durante a realização da mesma.

Declaramos conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial a Resolução 466/20102 do Conselho Nacional de Saúde. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Assinatura do Responsável pela IES

Carimbo

Porto Nacional, ____ de ____ de 2020.



Secretaria Municipal de Educação

APÊNDICE B – CARTA DE ACEITE

Declaramos para os devidos fins que aceitaremos as pesquisadoras GLENDA DA SILVA CUNHA, CPF 057.468.601-07, e IASMIM LOUISE DA SILVA COELHO, CPF 018.236.483.63, as quais pertencem ao Curso de Medicina do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC - Porto Nacional), para desenvolver pesquisa de trabalho de conclusão de curso intitulada **“Projetos que visam propiciar o controle da Obesidade Infantil nas escolas são eficazes?”** a ser conduzida sob orientação do professor Marcus Vinícius Moreira Barbosa, CPF: 005.451.401-02. Os envolvidos no projeto de pesquisa se comprometem a manter confidencialidade sobre os dados coletados na Secretaria de Educação de Porto Nacional, bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam a Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012 e suas complementares. Informamos que os dados a serem coletados dizem respeito à: idade, sexo, altura, peso, circunferência abdominal, Índice de Massa Corporal, prontuário médico, nome das escolas e evolução.

Porto Nacional - TO, __ de _____ de 2020.

SHYRLEIDE MARIA MAIA BARROS

Secretária Municipal de Educação

Av. Bartolomeu Bueno, Centro, CEP: 77.500-000 Porto Nacional Tocantins.

Fone (63) 3363-4454



FAPAC – Faculdade Presidente Antônio Carlos.
INSTITUTO TOCANTINENSE PRES. ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A
Rua 02, Qd. 07 – Jardim dos Ypês – Porto Nacional – CEP 77.500-000
CX Postal 124 - Fone: (63) 3363-9600 – CNPJ: 10.261.569/0001 – 64
www.itpacporto.edu.br

APÊNDICE C – TERMO DE DISPENSA DO TCLE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Marcus Vinícius Moreira Barbosa, pesquisador responsável pelo Projeto de Pesquisa intitulado **“Projetos que visam propiciar o controle da Obesidade Infantil nas escolas são eficazes?”**, cuja pesquisa possui cunho retrospectivo baseando-se em dados repassados pela Secretária Municipal de Educação. Solicito a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com a seguinte justificativa: os dados coletados não possuem nenhuma identificação dos pacientes que se enquadram no grupo de pesquisa, não havendo nenhuma possibilidade da sua identificação.

DECLARO:

- a) Que o acesso aos dados registrados em prontuários de pacientes ou em base de dados para fins da pesquisa científica será feito apenas após a aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana;
- b) Que o acesso aos dados será supervisionado por uma pessoa que esteja plenamente informada sobre as exigências de confiabilidade;
- c) Meu compromisso com a privacidade e a confidencialidade dos dados utilizados preservando integralmente o anonimato e a imagem do participante, bem como a sua não estigmatização;
- d) Não utilizar as informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro;
- e) Que o pesquisador responsável estabeleceu salvaguardar e assegurar a confidencialidade de dados da pesquisa;
- f) Que os dados obtidos na pesquisa serão usados exclusivamente para a finalidade prevista no protocolo;
- g) Que os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para o projeto vinculado, os quais serão mantidos em sigilo, em conformidade com o que prevê os termos de Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Devido à impossibilidade de obtenção do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) de todos os participantes, assino esse termo para salvaguardar seus direitos.

Pesquisador Responsável

Dr. Marcus Vinícius Moreira Barbosa

Porto Nacional, _____ de _____ de 2020.



FAPAC – Faculdade Presidente Antônio Carlos.
INSTITUTO TOCANTINENSE PRES. ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A
Rua 02, Qd. 07 – Jardim dos Ypês – Porto Nacional – CEP 77.500-000
CX Postal 124 - Fone: (63) 3363-9600 – CNPJ: 10.261.569/0001 – 64
www.itpacporto.edu.br

APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD)

Eu, Marcus Vinícius Moreira Barbosa, docente do Curso de Medicina, pesquisador responsável pela pesquisa intitulada **“Projetos que visam propiciar o controle da Obesidade Infantil nas escolas são eficazes?”**, sob a responsabilidade das acadêmicas pesquisadoras: Glenda da Silva Cunha e Iasmim Louise da Silva Coelho, comprometo-me com a utilização dos dados contidos na Plataforma da Vigilância Epidemiológica de Porto Nacional - TO, a fim de obtenção dos objetivos previstos, e somente após receber a aprovação do sistema CEP-CONEP.

Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados fornecidos, bem como a privacidade de seus conteúdos. Esclareço que os dados coletados se referem a idade, sexo, altura, peso, circunferência abdominal, Índice de Massa Corporal, nome das escolas e evolução das crianças participantes do programa “Crescer Saudável” no período de 2019 a 2020.

Declaro entender que é minha a responsabilidade de cuidar da integridade das informações e de garantir a confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas.

Também é minha responsabilidade de não repassar os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa. Por fim, comprometo-me com a guarda, cuidado e utilização das informações apenas para cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa aqui referida. Qualquer outra pesquisa em que eu precise coletar informações serão submetidas à apreciação do CEP da FAPAC/ ITPAC Porto.

Dr. Marcus Vinícius Moreira Barbosa

Porto Nacional, _____ de _____ de 2020.



FAPAC – Faculdade Presidente Antônio Carlos.
INSTITUTO TOCANTINENSE PRES. ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A
Rua 02, Qd. 07 – Jardim dos Ypês – Porto Nacional – CEP 77.500-000
CX Postal 124 - Fone: (63) 3363-9600 – CNPJ: 10.261.569/0001 – 64
www.itpacporto.edu.br

APÊNDICE E – TERMO DE COMPROMISSO SOBRE O INÍCIO DA PESQUISA – DECLARAÇÃO ORIENTADOR

PROJETO: Projetos que visam propiciar o controle da Obesidade Infantil nas escolas são eficazes?

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Dr. Marcus Vinícius Moreira Barbosa.

PESQUISADORAS PARTICIPANTES: Glenda da Silva Cunha e Iasmim Louise da Silva Coelho.

Eu, Marcus Vinícius Moreira Barbosa, pesquisador responsável pela pesquisa acima identificada, com a anuência da IES FAPAC/ITPAC Porto Nacional, declaro que conheço e cumprirei as normas vigentes expressas na Resolução 466/2010 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, e em suas complementares (Resoluções CNS/MS 240/97, 251/97, 292/99, 340/2004 e 510/2016 e assumo, neste termo o compromisso de:

- 1) Somente iniciar a pesquisa após sua aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da FAPAC/ITPAC Porto e, nos casos assim previstos em lei (Resolução CNS/MS 196/96, VIII, 4 e CNS/MS 340/04, item VI), na Comissão Nacional Ética em Pesquisa – CONEP;
- 2) Caso a pesquisa seja interrompida, informar tal fato ao Comitê de Ética e Pesquisa, de forma justificada;
- 3) Na ocorrência de evento adverso grave comunicar imediatamente ao CEP, bem como prestar todas as informações que me foram solicitadas;
- 4) Utilizar os dados e/ou informações coletadas assegurando a confidencialidade e a privacidade dos mesmos.
- 5) Destinar os dados e/ou informações coletadas somente para o projeto ao qual se vinculam. Todo e qualquer outro uso deverá ser objeto de um novo projeto de pesquisa que deverá ser submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa;
- 6) Apresentar relatório final, sobre o desenvolvimento da pesquisa ao CEP.

Dr. Marcus Vinícius Moreira Barbosa

Porto Nacional, _____ de _____ de 2020.